



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140932 - SP (2021/0002911-2)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : M G (PRESO)  
**ADVOGADO** : FABIANO FRANCISCO DA SILVA - SP359143  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por M G contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2186937-89.2020.8.26.0000).

O recorrente foi preso em flagrante, pela suposta prática dos crimes de roubo majorado e de corrupção de menores (art. 157, §§ 2, inciso II, e 2º-A, inciso I, do Código Penal e art. 244-B da Lei n. 8.069/1990). Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

A defesa sustenta que haver excesso de prazo da segregação cautelar, uma vez que o acusado já está preso há mais de 570 dias, sem o encerramento da instrução criminal, o que, por si só, já denota a ilegalidade da prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva, ainda que com a imposição de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente